

CULTURA POLÍTICA E DEMOCRATIZAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU

Mamim Alfissene Baciro Baldé¹

Prof. Dr. Ricardino Jacinto Dumas Teixeira²

Resumo

O artigo parte de uma revisão da literatura sobre a cultura política e democratização na Guiné-Bissau, a partir dos anos de 1990. A análise centrou-se no conceito de capital social e cultural cunhado por Pierre Bourdieu, em seus estudos sobre a socialização política e a reprodução social. Levou em consideração a herança colonial e o legado do regime de partido único na formação do sistema político, com realce nas abordagens atuais que privilegiam a análise da transição política. Partimos do argumento de que os conflitos internos e os golpes de estado colocam a pertinência o conceito de cultura política para a análise do processo de democratização a partir do engajamento político participativo da sociedade civil, colaborando, assim, na institucionalização da democracia e nas mudanças sociopolíticas em todas as instancias da sociedade, não obstante os desafios.

Palavras-chave: Cultura política; colonização; democratização; Guiné-Bissau.

¹ Discente do Curso de Licenciatura em Sociologia pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira- UNILAB-CE. E-mail: mabbalfu@gmail.com; mamim@aluno.unilab.edu.br

² Professor orientador, Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco- UFPE. (IH/UNILAB). E-mail: ricardino@unilab.edu.br

Data de aprovação: 8 de julho de 2023.

POLITICAL CULTURE AND DEMOCRATIZATION IN GUINEA-BISSAU

Abstract: The article starts from a review of the literature on political culture and democratization in Guinea-Bissau from the 1990s. The analysis focused on the concept of social and cultural capital coined by Pierre Bourdieu, in his studies on political socialization and social reproduction. It took into consideration the colonial heritage and the legacy of the one-party regime in the formation of the political system, with emphasis on current approaches that privilege the analysis of political transition. We start from the argument that internal conflicts and coups d'état place the relevance of the concept of political culture for the analysis of the democratization process from the participative political engagement of civil society, thus collaborating in the institutionalization of democracy and in the socio-political changes in all instances of society, notwithstanding the challenges.

Keywords: Political culture; colonization; democratization; Guinea-Bissau.

1 INTRODUÇÃO

Nas diversas experiências políticas entre os representados e representantes, em uma democracia representativa, o conceito de cultura política é essencial para análise do funcionamento do sistema político, entendido como um conjunto de instituições através do qual um estado e uma sociedade civil se organizam em uma comunidade política. O tema cultura política de um estado ou de uma sociedade, que dão sentido e significados suas ações, tem despertado interesse de pesquisadores das mais diversas áreas de conhecimento, particularmente, nas áreas de Sociologia, Ciência Política, Antropologia Social, entre outras áreas disciplinares, que têm a política e a sociedade como objetos de reflexão e de análise. No entanto, o conceito de cultura política, embora comum a essas disciplinas, não é entendido da mesma maneira, em sua definição conceitual e parâmetros, pois toda cultura política surge dentro de um contexto que orientam ações dos indivíduos ou grupos sociopolíticos.

No caso de Guiné-Bissau, em consequência da herança colonial, do sistema monopartidário e golpes de estado, que marcaram a transição política do regime de partido único para a democracia representativa, nos anos de 1990, o país revela uma variedade de atitudes, trajetórias, crenças e comportamentos dos agentes do regime político em democracia representativa. Isto é, revela uma determinada cultura política, concebida e operada na sociedade política e sociedade civil, quase sempre de forma conflituosa. Nesse sentido, o uso do conceito de capital social e capital cultural, proposto por Pierre Bourdieu, traduz-se num conjunto de recursos e relações mais ou menos institucionalizadas na qual se configura a sociedade e a cultura, influenciam, de alguma maneira, as condições reais sobre as quais ocorrem a participação política dos indivíduos e o funcionamento das instituições. São conceitos relevantes para a análise da presença da classe castrense, na política guineense, enquanto grupo, considerando seus percursos histórico-políticos em democracia, ou suas formas diversas de atuação. Partindo dessa problemática, o nosso questionamento é seguinte: em que condições sócio-históricas e socio-institucionais ocorreram a formação da cultura política e democratização guineense? De que maneira os valores de capital social e cultural da socialização da elite castrense influenciou a cultura política e os sentidos das práticas sociais dos seus agentes no processo de transição democrática? De que forma a sociedade civil é afetada pelo conflito e qual tem sido seu papel na articulação de mudança sociopolítico?

O artigo está organizado em alguns tópicos selecionados e mais as reflexões finais sobre a cultura política aplicado a análise do processo político guineense. Assumimos o conceito de capital social e cultural, como base para a nossa análise. Nosso objetivo é analisar a cultura política e democratização na Guiné-Bissau e de que forma os valores sociais e culturais da socialização política influenciam a reprodução social ou mudança social relacionado à formação socio-histórica guineense. Esperamos assim contribuir para o debate sobre as áreas temáticas da cultura política e da democratização e apontar as suas consequências, nomeadamente a herança da socialização política colonial e o regime de partido único que conduziu o longo período do exército de libertação, cujas consequências, imaginadas ou reais, ainda estão presentes no contexto da democracia, especialmente no contexto da configuração da cultura política.

2 CONCEITO DE CULTURA POLÍTICA

O conceito de cultura, tal como o conhecemos hoje, foi introduzido pelos cientistas políticos americanos, Gabriel Almond e Sidney Verba, em sua obra “*The Civic Culture*”, (1960). Na qual analisam, numa perspectiva comparativa, os sistemas democráticos de cinco países, particularmente (Estados Unidos, Alemanha, Itália, Reino Unido e México), no quadro da sociologia política, no pós-guerra. Os resultados da pesquisa mostram que, em geral, a democracia dos Estados Unidos da América estaria associada ao consenso, diversidade e mudança, em oposição, por exemplo, à democracia italiana que se caracterizaria pela existência de uma escassa difusão e aceitação do dever cívico de participação na vida política.

Outra distinção estaria relacionada estabelecida entre a cultura política estadunidense em relação aos demais países teria a ver com alto nível de informação e conhecimentos de assuntos políticos, por um generalizado sentimento de participação política dos indivíduos quanto à possibilidade de influenciar nas decisões políticas, o que distanciaria à democracia liberal norte-americana da “democracia socialista” dos movimentos comunistas.

No caso da África, o partido comunista teve um papel decisivo no apoio aos movimentos de libertação, a partir da década de 1960, no contexto da Guerra Fria. Os movimentos de libertação africanos surgiram num contexto marcado pela efervescência das independências, em que crescia a necessidade de compreensão do papel ativo dos movimentos populares de massa no sistema político para além dos espaços formais

consensuais do sistema político baseado apenas no Parlamento, restrito ao processo eleitoral representativo e as instituições das estruturas do estado (NASCIMENTO, 2018).

Quando “*The Civic Culture*” foi publicado havia o entendimento de que o sistema da democracia norte americana era o modelo a ser seguido para todos os países que quisessem ser considerados regimes democráticos, incluindo os países africanos, desconsiderando contextos de formação de seus sistemas políticos.

A origem do conceito cultura política remonta estudos anteriores, influenciados pela sociologia compreensiva de Max Weber, através da noção de ação social intersubjetiva dos sujeitos; a influência de teoria de elites que detêm o poder político, e o resto da sociedade, de Caetano Mosca e Vilfredo Pareto; e a sociologia do mundo da vida de Alfred Schultz sobre os sentidos das práticas sociais dos indivíduos, no campo microeconômico, ou a cultura política de grupos, associações e instituições, a nível de estado nacional e da sociedade global. No âmbito deste artigo, cabe analisar os sentidos das práticas dos agentes sociopolíticos (estado e sociedade civil) que sustentaram a formação do capital cultural e cultura cívica dos guineenses, em seus diferentes contextos e, de que forma tal formação definiram o tipo da prática democrática vigente resultante da herança histórica e tradições diversas dos grupos que compõem a sociedade guineense.

O conceito *Civic Culture* também ficou conhecido pela disputa político-ideológico que marcaram pós-guerra entre a antiga União Soviética e os Estados Unidos e, por arrastão, levou a formação de movimentos de resistências ao colonialismo nos diversos países africanos. Tais movimentos de libertação contavam com apoio do antigo regime soviético, tanto na formação ideológica e militar, quanto no fornecimento de materiais e logísticas à causa da independência nacional na África, em particular na Guiné-Bissau.

A partir dos de 1980, o conceito *The Civic Culture* ganhou novo impulso. Um dos motivos explicativos dessa retomada foi a possibilidade da realização de pesquisas de abordagem culturalista e conflitiva, nas mais diversos campos das Ciências Sociais e Humanas, mormente, Sociologia Política, Ciência Política, e áreas afins, passando a concentrar-se, não apenas em estudos comparados dos países europeus e estadunidense, mas, abrangendo, também, contextos particulares para a análise de um conjunto de atitudes e valores compartilhados por membros de uma dada sociedade, que influenciam, direta ou indiretamente, nas relações entre os indivíduos e o poder político ou nas relações entre cultura política e democratização.

A cultura política de um país não é homogênea, abrange uma multiplicidade de práticas e instituições políticas existentes que dão um sentido particular à vida política em determinados contextos. Gabriel Almond e Sidney Verba (1960), citado por Giocomo Sami, caracterizam três tipos de tendências de cultura política que um indivíduo pode assumir:

a) a tendência cognitiva se revela no conjunto de conhecimentos e crenças relativos ao sistema político, e aos papéis que o compõem e aos seus titulares (relativos às instituições, à prática política e às forças política);

b) as tendências efetivas, mais ou menos difusas, como, por exemplo, a indiferença ou a tolerância que se revelam nos sentimentos nutridos nas estruturas do sistema político;

c) as tendências normativas sobre o direito e o dever dos cidadãos de participar da vida política e a obrigação de aceitar as decisões da maioria, como ocorre em democracias majoritária;

d) as tendências de exclusão ou formas violentas da ação;

e) as tendências simbólicas que remetem às linguagens políticas, como as palavras de ordem das várias forças políticas, no contexto africano, remetem os símbolos e o slogans de movimentos de que acederam suas independências através da luta armada de libertação nacional, como, no caso guineense.

Haveria, na prática, tendências de cultura política do tipo misto que englobam sentimentos e ações dos agentes políticos. As tendências podem assumir formas de cultura política discriminaria, sujeitaria, sentimento conciliador, tendências passivas, ativas, apática ou alienante, em relação a atitude de um indivíduo ou de uma sociedade em relação ao sistema político. Existem outras diferenciações de subculturas políticas que correspondem, de maneira geral, o campo ideológico liberal, socialista e religiosa das forças políticas. Aqui se coloca os desafios de operacionalização conceitual do próprio conceito de cultura política em países marcadamente influenciados pelo colonialismo e pelo autoritarismo de partido único, como é o caso guineense, com presença de subculturas que correspondem a configuração multiétnica e multicultural da sociedade.

Os desafios conceituais do conceito de cultura política e da democratização gerou uma ampla definição na literatura, principalmente no que diz respeito aos problemas da transição do regime autoritário de partido único para um regime democrático multipartidário. Penna (2000) define *The Civic Culture* como um conjunto de procedimentos, princípios e valores que se traduzem em uma prática, não

necessariamente ideológica, mas que dão sentido uma visão de mundo de um grupo ou classe social, no sentido de fundamento a um processo político. As regras subjacentes abrangem, segundo autor, um conjunto de atitudes formais e informais subjacentes através dos quais os indivíduos e grupos sociais articulam suas relações com o estado, elaboram suas demandas e reivindicam o direito à cidadania política, econômica e respeito à diferença, elementos fundamentais à democratização e a participação de grupos da sociedade civil.

Os valores e práticas que definem a cultura política não ocorrem no vácuo. A base da ordem ao nível macroestrutural surge num contexto resultante da história e de diversas tradições. Citando Jacques Lagroye (1991) De Lena Júnior (2012) define a cultura política como produto da trajetória político que incute nos indivíduos atitudes fundamentais, forjadas pela história e os leva a compartilhar tal conhecimento, não só como algo a obedecer, passivamente, mas algo que moldam suas ações no cotidiano. Em sociedades complexas, bastante multiculturais e multiétnicas, como a guineense, existem várias subculturas políticas, sentimentos e ações totalmente distintos uma da outra, daí a importância da democratização e do pluralismo político.

Tais sentimentos e ações são transmitidos por meio do capital social e cultural a partir de experiências históricas compartilhadas que engendram a memória coletiva nacional através das quais concebem seus papéis em relação ao sistema político vigente. No caso guineense, a experiência da luta armada de libertação nacional concebeu a memória coletiva do país, em relação à sua história, em relação à cultura política moldada pela experiência popular, pela experiência colonial e pelo regime de partido único, bem como pela memória da democratização.

Numa perspectiva microsociológica, enfatizam a centralidade das elites, outra diferença, privilegiado os níveis educacionais e condições econômicas dos dirigentes no funcionamento do sistema político. Aqui se coloca o lugar da cultura política no poder e de elites na oposição, com menos ênfase à cultura política da sociedade civil. Aqui basta lembrar do papel que desempenharam a elite militar e intelectual guineense e africana em geral na luta de libertação nacional em África, em conduzir a sociedade civil e a sociedade política numa certa direção política e, sobretudo, em participar na luta armada de libertação, mas também na abertura controlada do regime de partido único à democracia em que se manifestam duas tradições, a democracia representativa (das elites do estado) e democracia social (das classes populares e da sociedade civil. É aqui também que se coloca a tensão entre a cultura política de elites e cultura popular da memória dos grupos

étnicos da sociedade, até então considerada atrasada e sem nenhum papel político no estado, embora com peso numérico na sociedade.

O processo de transição política, anos 1990, trouxe a possibilidade de expressão de um conjunto de outras memórias na qual as atitudes e percepções de diferentes grupos, até então silenciadas, passam a ganhar expressividade política como agentes políticos, principalmente nos momentos eleitorais, no mercado de voto. Tais expressões políticas foram interpretadas por alguns como instrumentalização negativa das etnias, para fins eleitorais, supostamente com impacto negativo para o funcionamento da democratização. Uma outra manifestação da tensão entre atitudes e percepções distintas que se manifestaram no processo de democratização teria a ver com apoio que determinados grupos deram a suas lideranças na disputa política dentro e fora das Forças Armadas. A presença de etnia Balanta e outras etnias na política e no jogo eleitoral foram interpretadas como expressão da cultura política desses grupos (na qual são os interesses étnicos que se sobrepõem interesses nacionais do estado). A herança da luta armada se coloca nessa tensão, e as visões sobre a cultura política guineense traz essas interpretações, questão a ser aprofundada mais adiante.

Embora a definição de cultura política possa variar, de acordo com abordagens teóricas, os conceitos analíticos compartilham em comum crenças, orientações e ações políticas através dos quais os indivíduos estabelecem relações com o estado e articulam suas participações na esfera pública: crenças em relação à política; em relação à participação política; crenças em relação a visão de mundo de determinados grupos étnicos ou classes; ou em termos de ações, pode-se mencionar as orientações da ação política, quer seja ela ação nacionalista ou ação étnica; que colocam a ideia de cultura política em relação aos limites da própria ação política. Aqui, se coloca, ainda, o papel da história ou do contexto subjacente ao sistema político.

No caso guineense importa analisar as crenças e as orientações da ação da cultura política que serviu de base para a configuração de sua democracia, a fim de entender seus limites e possibilidades de transformação política na atualidade, tanto no funcionamento institucional do estado, quanto no fortalecimento da participação da sociedade civil.

3 CULTURA POLÍTICA DO REGIME COLONIAL

A violência colonial não permitiu que houvesse as condições que garantisse os direitos da cidadania e da democracia, particularmente, nos países africanos sob a

dominação colonial. Isto porque grande parte dos africanos não eram considerados, na visão eurocêntrica, cidadãos de direitos (FURTADO,1998), e nem tão pouco sujeitos da sua própria história. A Conferência de Berlim, realizado de 15 de novembro de 1884 a 26 de fevereiro de 1885, marca não só a partição das fronteiras africanas entre os principais países colonizadores europeus e seus aliados, como também não respeitou nem a história, nem valores e muito menos a constituição familiar dos países africanos.

No caso do colonialismo português, o Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique, foi aprovado por Decreto-lei de 20 de maio de 1954 com objetivo de “assimilar” os indígenas na cultura ocidental portuguesa mediante a política de hierarquização racial entre povos “civilizados” e “não-civilizados”. Os primeiros estavam sujeitos à “cidadania” em virtude da lei e dos direitos vigentes na Metrópole, e os colonizados estavam sujeitos a um "Estatuto do indigenato" atrelado a um governo local, caracterizado por poderes coercitivos e estatutários conferidos às etnias em geral, regido pelo direito consuetudinário (CABAÇO, 2009 apud TEIXEIRA, 2015). Havia, porém, um terceiro grupo de "nativos" da base urbana, funcionários e pequenos comerciantes, que não estavam sujeitos nem à lei dos colonos, nem ao poder consuetudinário dos grupos étnicos, permaneciam num limpo. Coloca-se aqui três culturas políticas coloniais, ou três crenças à política em África: civilizada, não-civilizada e aqueles que permaneciam num limpo cultural.

Contudo, no período colonial, a cidadania foi negada à quase totalidade da população de atual Guiné-Bissau, em que os mais afetados foram os indivíduos escravizados, principalmente provenientes de diferentes grupos étnicos. Conforme aponta Maria Paula Meneses, civilizar tornou-se a peça central da doutrina colonial portuguesa em relação aos “territórios ultramarinos de Portugal”, como parte integrante de sua estratégia governativa, em sua “missão civilizatória” de uma pretensa “superioridade civilizacional”, criando, deste modo, categorias raciais subalternas nos países nos territórios africanos, sendo os principais Angola, Guiné e de Moçambique (PAULA MENESES, 2010, p.68-69)³.

A hierarquização racial, cultural, política e econômica, de restringir todos os direitos pelo regime colonial, constituem uma das razões pelas quais Amílcar Cabral

³ Inúmeros regulamentos foram adotados pelo estado colonial português, em África, nomeadamente o Estatuto Político, Social e Criminal dos Indígenas, de 1926; o Ato Colonial, de 1930; a Carta Orgânica do Império Colonial Português; a Reforma Administrativa Ultramarina, ambos de 1933; e, finalmente, o Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique, de 1944 (PAULA MENESES, 2010), na qual, o caráter colonialista e racista constituem a base ideológica do regime colonial.

acreditar que, no contexto da pluralidade de identidades, hierarquias coloniais que separam “civilizados” e “não-civilizados ou indígenas”, seria difícil desenvolver uma luta de libertação nacional apenas com um determinado grupo social ou étnico, principalmente pela falta de “unidade nacional”, daí a necessidade de um projeto societário alternativo, multicultural e multiétnico, combinasse a inserção dos indígenas e dos nativos urbanos à ação político-militar na guerrilha para a causa da independência de Guiné e Cabo Verde, dois países com uma longa história distinta de um relacionamento comum, marcada pela presença colonial portuguesa e pela hierarquização de um grupo. Contudo, apesar de luta comum, a ação de guerrilha só foi executada no território de Guiné-Bissau, no contexto pós-guerra altamente favorável às causas das independências africanas e latino-americanas (TEIXEIRA, 2015). A principal reivindicação das independências era a luta pela cidadania dos africanos, negado pelo colonialismo.

4 CULTURA POLÍTICA DO REGIME DO PARTIDO ÚNICO

A partir dos anos de 1970, com as independências, os líderes africanos enfrentaram, de forma distinta, em seus contextos nacionais particulares, vários desafios políticos relacionados à construção de Estado, considerado uma necessidade premente a tarefa de reconstrução de novas instituições políticas e administrativas, através de unidade nacional de populações divididas arbitrariamente pelo colonialismo.

No caso de Guiné-Bissau, o novo Estado implementado pelo movimento de libertação (atualmente PAIGC) implementou políticas de cariz socialistas e adotou uma abordagem de poder centralizado que se encontravam nas zonas libertadas sob o controle do movimento. O regime de partido único passou a controlar todos os aspectos da vida social, política, cultural e econômica da sociedade guineense (TEIXEIRA, 2015; MENDY, 1996), em defesa intransigente da ideologia do movimento de libertação.

Embora o movimento de libertação (PAIGC) enfatizasse ênfase em discurso à participação popular e criação de um novo homem, contudo, em realidade, os direitos e as liberdades dos indivíduos se restringiam aos limites imposto pelo regime de partido único, que se confundia com o estado, influenciando profundamente pela criação de instituições centralizadoras no processo de reconstrução nacional. A centralização se explica pela forte presença dos militares em todos os setores da vida nacional, bem como, no interior das organizações sociais de massas urbanas e rurais criadas pelo regime com

objetivo de propagação de ideologia do partido, principalmente nos finais dos anos de 1970 a 1980, períodos de maior vigência do regime de partido único na Guiné-Bissau.

Há que considerar, do ponto de vista de cultura política, se tratava de uma variedade de atitudes e valores que remetem a um certo tipo de capital social (relações sociais de poder centralizado nos órgãos políticos e na sociedade civil), que remete também o conceito de capital cultural da elite castrense (historicamente constituídos por guerrilheiros de luta de libertação, negados o acesso aos bens socioculturais pelo regime colonial para assumir o estado; e tais restrições que se manteve no período pós independência e, conseqüentemente, se manteve na transição política, através de sucessivos golpes de estado.

Para Elaigwu e Mazrui (2010), após a independência, os novos dirigentes foram confrontados com as exigências primárias de construção de uma nação e de um estado, respeitando às diferenças étnicas, tornou-se um desafio constante com vista à participação política pluralista e distribuição equitativa de recursos que garanta o bem-estar da população em geral, sem distinção de cor, raça, etnia, região ou religião.

A herança negativa da luta armada para a independência, fundamentada sobretudo no uso indiscriminado da força militar, fora retomado em outras formas através de golpes de estado, no contexto pós-colonial, restringindo sobremaneira os canais de participação autônoma das organizações e grupos da sociedade civil, uma vez que o controle do poder e dos recursos se constituíram principais objetivos da nova elite política guineense. Uma das prioridades básicas das elites africanas consistiu em consolidar e expandir a autoridade do partido de estado centralizador, agente principal de controle social e perseguição dos adversários político (ELAIGWU e MAZRUI, 2010)

Carlos Lopes⁴ (1997) utiliza o conceito de africanização do autoritarismo colonial para caracterizar a violência e apropriação privada dos recursos como fenômeno intrínseco à cultura política africana pós-colonial. A africanização do autoritarismo colonial, enquanto fenômeno de cultura política, também pode ser explicada pelo conceito de socialização política e da reprodução social da violência através da qual a classe castrense reproduz a sua estrutura de dominação e mantém o controle social das organizações da sociedade civil em um contexto sócio-histórico particular dominado pelas relações de poder e controle dos aparelhos de estado.

⁴ Consultar a obra: LOPES, Carlos, **Compasso de Espera**- O fundamental é o acessório na crise africana. Porto: Ed. 627, 1997.

Entre os principais aparelhos de manutenção de ordem social e política, pode-se considerar as instituições de segurança como a polícia, o exército e outras forças paramilitares; os aparelhos de controle econômico como a apropriação e exploração dos recursos naturais e mineiros em terras, recursos hídricos e orgânicos, petróleo, mineiro, sem preocupação com impactos nas estruturas de famílias e impactos nas ecossistemas ambientais e ecológicos como ocorreu no período colonial e nos períodos após as independências dos países africanos em benefício sobretudo de suas elites até os dias atuais. (ELAIGWU; MAZRUI, 2010).

Outro elemento do debate teórico é a presença da ideologia na formação da cultura política, presente sobretudo nos movimentos de libertação em África, mais precisamente no movimento de libertação pela independência da Guiné e Cabo Verde (partido PAIGC). Esta ideologia mina debates e ideias contrárias ao partido da independência. Para o historiador guineense Carlos Cardoso (2002), o marxismo-leninismo, ainda que não assumido nos discursos oficiais do movimento de libertação guineense e cabo-verdiano, havia uma tendência à instalação de regimes de partidos únicos, de inspiração ideológica marxista-leninista, ou seja, um partido liderado por uma vanguarda chamada por Amílcar Cabral de “pequena burguesia” de nativos majoritariamente urbanos oriundos das ilhas de Cabo Verde que se autoproclamava único portador da “vontade coletiva do estado e da sociedade civil”.

As políticas implantadas por essa vanguarda revolucionária impunham uma uniformidade à vida coletiva as organizações populares, o que significava a supressão de qualquer forma de oposição ou contestação ao regime instalado. Para Leopoldo Amado (2005) defendeu que embora o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) tenha liderado o que muitos viram como uma longa e brilhante luta pela libertação de duas nacionalidades, o regime pós-colonial acabou por reproduzir a violência colonial como resultado de um legado negativo deixado pelos colonizadores, questão já apontada anteriormente, mesmo que isso significasse atentar-se contra a liberdade e a dignidade humana (SOUSA JR., 2013). A supressão dos direitos humanos básicos, a corrupção, o nepotismo e o clientelismo, com aparato estatal de apoio, marcaram o percurso e a percepção do movimento de libertação.

O conceito de imaginário político é outra dimensão de análise sobre a produção e a reprodução social e histórica da cultura política no processo de reconstrução nacional. Rodrigo Patto Sá Motta (2018) explica que a existência de cultura política implica um conjunto de imaginários para a constituição de um grupo enquanto comunidade política,

podendo incluir personalidades vistas como heróis, vilões, situações de guerras e outros fenômenos ou acontecimentos considerados importantes para o imaginário da nação. São representações nacionais construídas normalmente por uma elite, por meio de imagens visuais, textos escritos, comunicações verbais ou imagens mentais que remetem uma realidade na qual operam simultaneamente a memória e a história de uma comunidade política ou sociedade.

O imaginário do movimento de libertação, por exemplo, coloca Amílcar Cabral como herói nacional, cuja identidade de herói se confunde com a ideia da nação e de nacionalidade guineense e cabo-verdiano imaginados a partir da mentalidade de luta comum de libertação nacional contra o colonialismo. Quando ocorreu a independência, esse imaginário de luta armada prevaleceu e continua muito forte no imaginário dos guineenses. A presença dos guerrilheiros do movimento de libertação continua presente no sistema político, ocupando cargos-chaves no governo e reivindicando a legitimidade histórica da luta (TEIXEIRA, 2020).

Essa pretensa legitimidade histórica da luta também é resultado de uma mentalidade de guerrilha ligado a capital social dos guerrilheiros à memória de luta de libertação. A lógica militar da guerrilha predominou-se sobre a lógica burocrática do estado como modelo de gestão pública sem a qual, para Weber, não existira o estado moderno como principal organizador do sistema político. No caso guineense o corpo dos funcionários burocráticos especializados foram substituídos por dirigentes guerrilheiros do movimento de libertação; a competência técnica foi substituída por desempenho dos militares nas ações de guerrilha; as normas e os regulamentos escritos foram substituídas pelas palavras de ordem do partido único do movimento de libertação, normalmente representados pelos “comandantes-chefes” das Forças Armadas cujas palavras são obedecidas mais pela bravura demonstrada na luta de libertação que marcaram sua socialização política do que pelos procedimentos burocráticos que regulam o funcionamento do estado.

No campo econômico, o novo regime de partido único do movimento de libertação exigia um sistema econômico centralizado no qual o partido único mantinha forte presença, tanto como produtor e distribuidor dos recursos econômicos, quanto como regulador do sistema econômico como um todo. A manutenção da cultura política de guerrilha, regulado pelo regime do partido único, acabou por aprofundar a crise econômica, de maneira que o desempenho do regime passou a ser entendido pela sua capacidade de construir o “consenso” a partir do terror e da propaganda, reforçando o

centralismo e restringindo as demandas e identidades das da sociedade civil na esfera pública (TEIXEIRA, 2015).

A presença militar no estado e na sociedade civil transformou-se, assim, no capital cultural dos guerrilheiros dada pela luta armada travada pelos guerrilheiros do movimento de libertação contra o colonialismo que, mesmo fora do seu contexto, continuava plenamente vigente na Guiné-Bissau, no regime de partido único, por mais de duas décadas. Isso porque a representatividade do regime, até então hegemônico e centrado no partido único, nunca esteve associada à cidadania.

5 CULTURA POLÍTICA E TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA

A abertura do regime do regime autoritário para a democracia iniciou-se no final da década de 1980 com a inauguração do processo de liberalização do mercado nacional ao capital financeiro internacional, no quadro do Programa de Ajustamento Estrutural imposto aos países de África e da América Latina pelo Fundo Monetária Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial (BM) como a condição necessária para a renegociação da dívida externa e possibilidade de liberalização de novos empréstimos a países que sofreram crises macroeconômicas (como era o caso de Guiné-Bissau), que iniciou seus ajustamentos nos anos de 1984 (MENDY, 1996) deslocando os recursos de setores públicos de investimento para setores privados de “acumulação de capital financeiro” (CARDOSO, 1995). No entanto, para Teixeira (2015), a Guiné-Bissau, na época, não dispunha de condições sociais e quadros técnicos suficientes que pudessem assegurar os procedimentos administrativos, bem como regras, regulamentos e procedimentos claros da administração pública e privada, no âmbito neoliberal do estado e da sociedade segundo o gerenciamento econômico sob controle político de *Bretton Woods* definido pelo FMI e pelo BM.

Foi a partir desse momento que a Guiné-Bissau entrou na caminha da democracia liberal e realizou em dois turnos suas primeiras eleições multipartidárias em 1994, num contexto internacional muito favorável à democracia representativa, em oposição ao sistema de partido único que vigorava na maioria dos países africanos, resultado de longos anos de luta de movimentos de libertação.

No campo acadêmico o debate sobre a cultura política e a democracia ganham força sob a perspectiva da transição política. Autores como Guillermo O'Donnell e

Philippe C. Schmitter (1988) contribuíram para a análise teórica sobre transição para a democracia, numa perspectiva combinação a libertação, que corresponde ao momento da queda de um regime autoritário; a democratização, que corresponde a instalação de um novo sistema político com criação de instituições por meio de eleições competitivas e por fim o momento de consolidação do regime com a retirada do direito de veto à livre participação política da sociedade civil em todas as esferas da vida política.

Para Linz e Stepan (1999) a fase de consolidação do novo regime pressupõe condições como respeito pelos direitos civis e políticos; instituições democráticas estáveis; cultura política democrática e uma sociedade civil ativa. No caso específico da Guiné-Bissau, a transição política para a democracia não garantiu as condições acima apontadas em decorrência de sucessivos golpes de estado. O país passou quase trinta anos de política de golpes de estado.

6 CULTURA POLÍTICA E GOLPES DE ESTADO

O primeiro golpe ocorreu em 14 de novembro de 1980, contra o governo do primeiro presidente Luís Cabral, um cabo-verdiano guineense e meio irmão de Amílcar Cabral, fundador do movimento de libertação para a independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). O golpe foi dirigido pelo comandante guineense, João Bernardo Vieira, um velho guerrilheiro do movimento de libertação, prometendo, em princípio, defender os interesses nacionalistas de um país dirigido pelos guineenses, opondo-se à elite cabo-verdiana. No poder, João Bernardo Vieira formou um Conselho de Revolução, cujas diretrizes dizia inspirar-se nos ideais de Amílcar Cabral do movimento de libertação para o desenvolvimento nacional a partir das zonas rurais que serviu de base para a luta de libertação.

Os dirigentes cabo-verdianos do movimento de libertação (PAIGC), descontentes com a destituição do governo de Luís Cabral, abandonam o país e acusam João Bernardo Vieira de acabar com a política de “unidade e luta” entre Guiné e Cabo Verde proposto por Amílcar Cabral. Uma das justificativas do Movimento Reajustador era de que a elite cabo-verdiana controlava os cargos-chave no governo Luís Cabral, enquanto os combatentes guineenses se figuravam em postos desprestigiados dentro e fora das Forças Armadas e no interior do partido de estado.

A experiência colonial da política indígena de hierarquização racial entre os ativos urbanos (em sua maioria oriundos de Cabo Verde) e aqueles que eram considerados

indígenas ou grupos étnicos (majoritariamente guineenses), reaparecem, aqui, como uma das motivações para o primeiro golpe de estado em 1980. A experiência histórica da hierarquização racial entre “civilizados” e “não-civilizados ou indígenas” que marcou a regulamentação colonial, se manteve na cultura política do regime de partido único.

O segundo golpe de estado ocorreu logo as primeiras eleições multipartidárias havidas para a presidência e o parlamento em 1994. O comandante João Bernardo Vieira que destituiu o governo de Luiz Cabral também foi deposto através de golpe de estado em 1998, liderado pelo brigadeiro Ansumane Mané, igualmente antigo guerrilheiro do movimento de libertação (PAIGC). O país mergulhou novamente numa crise política e conflito que durou quase um ano com participação de soldados do Senegal, da Gambia e da França, em apoio a manutenção de João Bernardo Vieira no poder, contra as forças nacionais organizadas numa Junta Militar.

O terceiro golpe de estado teve lugar em 2003 contra o presidente Koumba Yalá do Partido da Renovação Social Koumba Yalá, alegadamente por não resolver os problemas básicos da população após um longo período de transição política para a reposição de poder civil e normalização da vida política. Em 2005, João Bernardo Vieira, destituído em 1998, regressa ao país para participar do processo eleito do qual foi eleito presidente pela segunda vez. O quadro político interno continuava instável, marcado por acusações de tráfico de armas e drogas. Em 2 de março de 2009, o presidente João Bernardo Vieira foi assassinado em sua residência por um grupo de militares.

Após o golpe e assassinato de Vieira, os militares prometeram que não assumiriam o poder e que os direitos democráticos seriam assegurados. Em 28 de junho do mesmo ano, realizaram-se novas eleições gerais que elegeu presidente Malan Bacai Sanha, candidato do PAIGC, que até então exercia as funções de Presidente da Assembleia Nacional Popular (atual parlamento).

O quarto golpe de estado ocorreu em 12 de abril de 2012, desta vez contra o governo do primeiro-ministro Carlos Gomes Junior (Cadogo), presidente do movimento de libertação (PAIGC). Os militares atacaram sua residência, ocupando vias urbanas consideradas estratégicas da capital do país, alegando como motivação para o golpe defender as Forças Armadas de uma alegada agressão de militares angolanos em defesa da manutenção do governo do Carlos Gomes Júnior que, segundo o autoproclamado Junta Militar, teria sido autorizado pelo primeiro-ministro. A Comunidade Internacional, ONU, União Africana, União Europeia e CEDEAO exigiram a restituição da democracia através de realização de novas eleições gerais sob direção de um governo civil de transição

política. Manuel Serifo Nhamadjo, do PAIGC, que exercia o cargo de Vice-Presidente da Assembleia Nacional Popular, assume a presidência interina do país, de 2012 a 2014.

A cultura política de golpe de estado seguiu-se em 2010 e um golpe de estado falhado ocorreu em 2011, configurando uma forma distinta de transição política guineense, vinculada a supremacia militar, ponto central de debate sobre a transição política. Huntington (1994) propõe três formas distintas de transição democrática, a saber: transformação de regime através de controle de transição política pelo antigo regime; substituição de regime autoritário por regimes democráticos e, finalmente, institucionalização, por meio da negociação entre o governo e a oposição (HUNTINGTON, 1994). No caso guineense ocorreu a transformação do pelo controle da transição política pelo antigo regime de partido único, contudo não conseguiu substituir as heranças autoritárias para a construção de um estado democrático.

Ihonvbere (1997) citado por Teixeira (2015) defende a tese segundo a qual a democracia tem poucas chances de sucesso se os representantes que liderarem a transição do regime autoritário para a democracia permanecerem no poder, como ocorreu no caso guineense em que o movimento de libertação (PAIGC) dirigiu todo o processo de transição política e definiu forma de governo, e se manteve no poder nas primeiras eleições gerais realizadas em 1994. Por consequente, a presença militar através de golpes de golpes não permitiu que houvesse condições básicas de negociação entre o governo e a oposição - condição fundamental para o sucesso de uma transição política, apontada na literatura de Huntington (1994), ficou comprometida. Fafali Koudawo (2001) utiliza o conceito de transição política “sobreposta e inacabada” para caracterizar o caso guineense em que os militares guerrilheiros foram os principais atores que conduziram o processo controlado de liberalização e transição política, mas sem liberdade e autonomia dos cidadãos nas relações com estado.

7 CULTURA POLÍTICA E SOCIEDADE CIVIL

Desde a abertura política nos anos de 1990, com a criação de “lei nº 4, de 3 de outubro de 1991, quando surgiu os partidos políticos; bem como a lei nº 8/91 sobre a liberdade sindical que culminou na criação da lei de imprensa nº 7/91, de 3 de outubro de 1991 e o direito à greve pela nº 3/92, de 6 de abril de 1992” (SEMEDO, 2020, p. 19), a morfologia política da sociedade guineense não sofreu grandes alterações, apesar de emendas constitucionais que dispõem sobre a democracia através de criação de novas

forças políticas e realização de primeiras eleições multipartidárias na década de 1994. Para Bijagós (2017), a classe política guineense, até então dominante, nunca demonstrou seu compromisso com os ideais da democratização.

Dada a fragilidade política do país, a sociedade civil acaba por ganhar um certo destaque em determinados momentos do processo democrático. Mas, pela resistência do regime em manter o seu controle político sobre as organizações de massa, a sociedade civil teve um papel limitado durante o multipartidarismo. Isso foi uma dificuldade tanta que a questão política foi relegada praticamente para os partidos políticos (TEIXEIRA, 2010, p. 86). Em outras palavras, mesmo tendo demonstrado o interesse para uma maior participação no mundo político, as organizações da sociedade civil enfrentaram limites com a estrutura centralizadora do estado autoritário. Esses limites, segundo Teixeira, que ainda não foram totalmente superadas, em muitas das vezes, inibem o avanço da democratização, podem ser vistos como consequência da herança autoritária do estado colonial e mantido de outra forma pelo movimento guerrilheiro de libertação (PAIGC) durante a liberalização política, no qual o PAIGC dirigiu todo o processo de abertura para a democracia por muitos anos.

O partido criou as regras formais de um regime constitucional multipartidário, mas não criou as condições de democratização, uma vez que a mentalidade de cultura política de guerrilha da época gerou um sentimento de combatentes que ainda não foi superada na democracia. Segundo o cientista político togolês Fafali Koudawo (1996), na Guiné-Bissau o PAIGC temia a mediação de grupos autônomos da sociedade civil nos assuntos de interesse nacional. Isto é, temia dividir o poder ao debater questões mais diversas da vida nacional que permitiriam a sociedade civil tivesse mais liberdade e autonomia na condução de suas atividades sem ingerência do estado. Com isso o PAIGC acreditava que o status quo herdado nos períodos da luta de libertação estaria assegurado, de acordo com Teixeira (2010).

Com a democratização a crise de legitimidade do PAIGC, gerada pela inoperância do estado em resolver os problemas básicos da população, abriu espaço para a luta das organizações da sociedade civil pela substituição da cultura política autoritária e a efetivação de direitos sociais e políticos durante atual momento de democratização. Segundo Teixeira (2010), a “terceira onda de democratização” trouxe uma nova dinâmica à sociedade civil. Começou-se a proclamar a necessidade de intensificar e expandir as lutas democráticas e redefinir agenda de relacionamento entre a sociedade civil e a sociedade política (partidos e estado)

A sociedade civil assumiu, no processo de democratização, um papel importante na consolidação de processo democrático e transformação da sociedade guineense, promovendo uma espécie de encontro com os partidos políticos, os militares e diferentes personalidades e organizações onde a temática tem sido a reconciliação e democratização, em suma os problemas de consolidação democrática. Também participam nos eventos organizados pela sociedade política (estado e partidos) e por outras organizações que operam na Guiné-Bissau. É no setor da juventude e de mulheres da sociedade civil que houve maior expansão no período atual. A nova conjuntura democrática e a luta pela transformação social (especialmente devido os conflitos internos e golpes de estado), foram uma das causas que explicam a presença da sociedade civil nesse momento, fundamentada nos princípios de democracia participativa, do pluralismo, da tolerância à diferença, da transparência e *accountability* de um governo para a sociedade civil.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cultura política e a democratização na Guiné-Bissau, tema central deste artigo, ficou marcada pela herança autoritária do estado colonial português e o regime do movimento de libertação (atual PAIGC), restringindo a autonomia das organizações da sociedade civil em relação ao estado autoritário, instituído após a independência, em 1974. Após a “terceira onda de democratização”, a sociedade guineense sofreu profundas modificações, num contexto internacional altamente favorável de expansão dos valores democráticos pelo mundo, no início dos anos de 1999.

Em um contexto democrático, uma sociedade civil efetiva, composta por atores de diversas origens e interesses, deve servir como um agente de socialização política, conectando as pessoas com as organizações políticas organizadas e a máquina do governo. No entanto, as organizações da sociedade civil na Guiné-Bissau enfrentam vários desafios, incluindo restrições e repressão autoritária contraproducente por parte dos governos estabelecidos. A existência de restrições à liberdade de expressão, repressão política e social, corrupção e insuficiência de recursos colocam desafios à capacidade da sociedade civil de promover a participação política dos cidadãos ou de influenciar de forma mais efetiva os canais estatais em termos de participação no processo de tomada de decisão e desenvolvimento de políticas públicas.

Em consequência, o povo da Guiné-Bissau deixou de usufruir de uma cultura política de participação mais ativa no sentido de ir para além dos momentos eleitorais

para assegurar um melhor cumprimento dos objetivos políticos almejados pelos cidadãos. No entanto, postulamos que o desafio de envolver os cidadãos em um engajamento democrático responsável e apartidário requer o desenvolvimento de uma cultura política participativa, consciência crítica, ética cooperativa e habilidades de autogoverno enraizadas nos desafios cotidianos da comunidade. A luta pela mudança política é lenta sem sujeitos sociopolíticos ativos e críticos. O processo de democratização abriu possibilidades de enfrentamento de condutas antidemocráticas, porém, um dos maiores desafios para o fortalecimento da cultura política de participação política dos cidadãos em nosso país passou a ser o investimento na formação democrática dos cidadãos para transformar as estruturas de mentalidade e prática política.

Tais transformações promovem o crescimento e a autonomia da sociedade civil em relação ao governo. Como resultado, o nível de participação política da sociedade civil nos assuntos públicos está aumentando, tanto em assuntos relacionados à estabilidade política quanto em assuntos relacionados à injustiça, governança e democratização, apesar das dificuldades com sua plena autonomia. Os desafios são grandes, mas a presença significativa da sociedade civil aponta para uma nova cultura política em torno da democracia.

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMOND, Gabriel Abraham; VERBA, Sidney. The civic culture: Political attitudes and democracy in five nations. Princeton: **Rev. university press**, 2015. p. 3- 377. Disponível em: <https://encurtador.com.br/ekw29> Acesso em: 13 mar 2023.

AMADO, Leopoldo. Guiné Bissau, 30 anos de independência. [s.l.]: **Africana studia**, n. 8, 2020. p. 109-135. Disponível em: <https://corta.link/0YTok> Acesso em: 20 jan. 2023.

BIJAGÓ, Vagner Gomes. O processo de democratização na África: a difícil transição na Guiné-Bissau. Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Maceió: **Cadernos de Campo Revista de Ciências Sociais**, n. 23, 2017. p. 217-244. Disponível em: <https://bit.ly/35oO2sh> Acesso em: 23 fev. 2022.

BOURDIEU, Pierre. Os escritos da educação. Org. Maria Nogueira; Afranio catani. Rio de janeiro: **ed. Vozes**, 2007, p. 65-81. Disponível em: <https://encurtador.com.br/uyIMW> Acesso em: 19 fev. 2023.

CABAÇO, José Luiz. **Moçambique: identidade, colonialismo e libertação**. São Paulo: São Paulo: Editora Unesp/ANPOCS, 2009. p. 1-10. Disponível em: <https://encurtador.com.br/bFXZ5> Acesso em: 18 maio 2023.

CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de. Cultura Política: a Tentativa de Construção de um Conceito Adequado à América Latina. [s. l.]: **Rev. de Estudos e Pesquisas sobre**

as **Américas**, Vol. 2, n. 1, Jan.-Jun. 2008. Disponível em: <https://encurtador.com.br/wEQUZ> Acesso em: 18 fev. 2023.

CARDOSO, Carlos. A transição democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil. Bissau: **Lusotopie**, v. 2, n. 1, p. 259-282, 1995. Disponível em: <https://bit.ly/2Xl10UF> Acesso em: 28 fev. 2023.

CARDOSO, Carlos. A formação da elite política na Guiné-Bissau. Lisboa: **Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)**, 2002. Disponível em: <https://encurtador.com.br/jmoGU> Acesso em: 16 fev. 2023. p. 1-30.

ELAIGWU, J. Isawa; MAZRUI, Ali A. J. **Construção da nação e evolução das estruturas políticas**. Cap.15 In: Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. História geral da África, VIII: África desde 1935. – Brasília, Ed. UNESCO, 2010. Disponível em: <https://encurtador.com.br/mSY16> Acesso em: 23 mar. 2023.

FURTADO, Claudio. Democracia em África: possibilidades e limites. São Paulo: **Revista África**, n. 20-21, 1998. p. 199-217 Disponível em: <https://abre.ai/gohq> Acesso em: 21 dez. 2022.

HUNTINGTON, S. **A terceira onda: democratização no final do século XX**. São Paulo: Ática, 1994.

IHONVBERE, Julius. **Democracy in África**. Challenges and prospects. New York: Peter lang, 1997. n.p.

LENA JÚNIOR, Hélio De. Uma reflexão acerca do conceito de cultura política. Rio de janeiro: **Confluências, Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**, v. 12, n. 1, 2012. p. 156-176 Disponível em: <https://abre.ai/goaI> Acesso em: 15 mar 2023.

KI-ZERBO, Joseph; MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe; BOAHEN, A. Construção da nação e evolução dos valores políticos. In: Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. **História geral da África**, VIII: África desde 1935. Brasília, UNESCO, 2010. Cap. 16 p. 565-591.

KOUDAWO, Fafali. Sociedade civil e transição pluralista na Guiné-Bissau. Pluralismo político na Guiné-Bissau. Uma transição em curso. Bissau: **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa**, INEP, 1996. p. 67-120.

KOUDAWO, Fafali. Cabo Verde e Guiné-Bissau. Da democracia revolucionária à democracia liberal. Bissau: **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa**, INEP, n. 14, 2001. p. 230. Disponível em: <https://abre.ai/gohg> Acesso em: 13 maio 2023.

LINS, J.; STEPAN, A. **A transição e consolidação da democracia**. A experiência do Sul da Europa e da América do Sul. São Paulo: Paz e Terra, 1999. Cap. 1, p. 21-89.

MENDY, Peter Karibe. **A emergência do pluralismo político na Guiné-Bissau**. In: KOUDAWO, Fafali; MENDY, Peter Karibe. Pluralismo Político na Guiné-Bissau: uma Transição em Curso. Bissau: Nova Gráfica, 1996. p.11-65.

MENESES, Paula. Maria G. O ‘indígena’ africano e o colono ‘europeu’: a construção da diferença por processos legais. Coimbra: **Ed.-cadernos CES**, n.07, 2010. p.68-93. Disponível em: <https://abre.ai/gokf> Acesso em: 30 junho 2023.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. **Rev. Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, 2018, p. 109 - 137. Disponível em: <https://encurtador.com.br/eoCWX> Acesso em: 11 abril 2023.

NASCIMENTO, Michelle Vasconcelos Oliveira Do. Culturas políticas: contribuições da sociologia compreensiva para a história política e uma proposta metodológica. **Rev. História**, Rio Grande, v. 9, n. 2, 2018, p. 9-26. Disponível em: <https://abre.ai/goaJ> Acesso em: 9 fev. 2023.

O'DONNELL, G.; SCHMITTER, F.; WHITEHEAD, L. **Transição do regime autoritário**: Sul da Europa. São Paulo, Vértice, 1988.

PENNA, Lincoln de Abreu. A cultura política comunista no Brasil: 1950 - 1964. In. PENNA, Lincoln de Abreu. **Política e história**: Lugares e fazeres. Vassouras, Universidade Severino Sombra, n.p. 2000.

SEMEDO, Rui Jorge da Conceição Gomes. O Estado da Guiné-Bissau e os desafios Político-institucionais. **Tensões Mundiais**, vol. 7, n.13, 2012, p. 95-115. Disponível em: <https://encurtador.com.br/bryCZ> Acesso em: 4 jun. 2023.

SOUSA JR., F. O nacionalismo africano no caminho para a democracia: a transição do poder colonial ara o partido único nos palop. **Working Papers CEsa**, 2013. Disponível em: <https://encurtador.com.br/eiovN> Acesso em: 9 jan. 2023.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. **Sociedade civil e democratização na Guiné-Bissau, (1994-2006)**. Recife: Editora UFPE, 2010. p. 1-26.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. **Cabo-Verde e Guiné-Bissau**: as relações entre a sociedade civil e o estado. Recife: Editora UFPE, 2015. p. 96-199.

TEIXEIRA, T. G. **Análise Histórica e Social do Conflito e da Instabilidade Política na Guiné-Bissau e suas Configurações**. 2020, p.1-62. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Lisboa: Instituto de Lisboa- ISCTE, 2020. Disponível em: <https://abre.ai/goaK> Acesso em: 22 mar 2023.